

Letramento multimodal crítico em perspectiva decolonial:
revisitando a pesquisa de mestrado cinco anos depois /
*Critical multimodal literacy in a decolonial perspective: revisiting
master's research five years later*

*Adriana dos Santos Pereira**

Doutoranda em Linguística Aplicada (UECE), mestra em Letras (UERN), graduada em Letras (UFC) e professora de Língua Portuguesa (SEDUC/CE). Fortaleza / Ceará / Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0001-8655-604X>

Recebido em: 21 nov. 2021. **Aprovado** em: 25 fev. 2022.

Como citar este ensaio:

PEREIRA, Adriana dos Santos. Letramento multimodal crítico em perspectiva decolonial. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 11, n. 1, p. 204-218, mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8354214>

Era uma sexta-feira de abril de 2021¹, um dia com os três turnos repletos de atividades acadêmicas, quando, entre uma leitura e outra, deparei-me com a seguinte indagação: por que eu não problematizei a imagem da mulher (ou a ausência dela) nas charges utilizadas na pesquisa de mestrado (PEREIRA, 2016), nem mesmo nas reconstruções textuais feitas por estudantes de três turmas de 9º anos com quem discuti, durante meses, sobre as identidades do nordestino no contexto da seca? Assim mesmo, com a vogal *o* em destaque para demarcar uma questão de gênero social, a qual foi invisibilizada na época da investigação, mas potencializada agora, ao longo das leituras e dos achados do doutorado.

Essa descoberta tardia (ou no momento possível) invalidaria o trabalho desenvolvido entre os anos de 2015 e 2016? Não. Certamente, os objetivos que nortearam (hoje seria *sulearam*) a pesquisa eram outros e, sobretudo, a professora-pesquisadora que vos fala se encontrava em uma outra fase ontológica e epistêmica do conhecimento acadêmico e, de certo modo, colonial do

*

 adrika.pereira13@gmail.com

¹ Eu lia um artigo do sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel em meio à triste marca de 4200 vítimas diárias da Covid-19. Minha solidariedade à família das mais de 650 mil vidas perdidas em decorrência daquilo que jamais foi apenas *uma gripezinha*..

saber, do poder e do ser (RESENDE, 2019). Por conseguinte, não tinha consciência das estruturas que controlam – como destaca Grada Kilomba (2019, p. 13) –, “Quem sabe? Quem pode saber? Saber o quê? E o saber de quem?”. Tal constatação se alinha a características marcantes da era moderna, como “a expansão da Europa e o estabelecimento de hegemonia cultural euro-americana em todo o mundo”, assim como “o privilégio de gênero masculino como uma parte essencial do *ethos* europeu” (OYĚWŪMÍ, 2019, p. 171, destaque do original).

Ademais, como ser humano que vive em uma sociedade dinâmica, tenho consciência de meu inacabamento, de minhas limitações e, como professora crítica, posso ser uma aventureira que age responsabilmente, conforme salienta Paulo Freire (2015). Nesse caso, como investigadora inconclusa, estou sempre predisposta a mudanças internas/externas porque considero a pesquisa um processo em constante fluidez que me permite ir além do que está posto por meio da ética, da criatividade e de um distanciamento espaço-temporal advindos do amadurecimento epistemológico.

Em consequência disso, vem a compreensão da dissertação como uma obra possivelmente aberta, capaz de ampliar meu ponto de vista e direcionar meu olhar, anos depois, a contemporâneas perspectivas e distintas possibilidades de leitura, compreensão e análise. Um recorte da pesquisa hoje me conduziria a uma nova construção do objeto de estudo, o qual poderia analisar, de modo interseccional com outras opressões (gênero, raça, classe, etarismo etc.) o posicionamento (a imagem) da mulher nordestina retratada nas charges sobre a seca no Nordeste ou nos redesenhos produzidos por discentes de 9º ano de uma escola pública de Fortaleza/CE. Por exemplo, tais corpos femininos discursivizados nos textos são brancos e/ou negros, jovens e/ou idosos, magros e/ou gordos, ou estão ausentes? Tais corpos femininos são representados multimodalmente para além de esposas, mães e filhas?

O *insight* pode ter surgido naquela sexta-feira, mas suspeito fortemente de que a inquietação iniciou quando tive os primeiros contatos com o Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (POSLA), como aluna especial da disciplina Análise Crítica do Discurso; em seguida, com a participação no Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: Representações, Ideologias e Letramentos (GPADC); posteriormente, com a aprovação na seleção de doutorado da mesma instituição e, mais recentemente, com as instigantes leituras realizadas na disciplina Discursos, Raças e Gêneros: perspectivas descoloniais, no Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL/UECE).

Adentrar nessa perspectiva, fez-me compreender que, na agenda proativa da pesquisa, é preciso atentar para os lugares frequentados, os discursos proferidos e as ações praticadas diariamente, pois “a ciência pensa a vida e, como tal, pensar *sobre* a vida não elimina pensar *em* vida” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 13). Essa característica nos distancia de ideais positivistas e nos aproxima de um viés científico mais humanístico na complexa trama da vida e da linguagem, outrora um espaço de verdades e hoje de possibilidades. Nesse sentido, as diferenças unem pesquisadores/as e seus objetos de estudo, assim como podem interligar disciplinas aparentemente divergentes e descristalizar conceitos/valores sedimentados em “defesa de um hibridismo teórico-metodológico” (FABRÍCIO, 2006, p. 51). Aproveito a discussão para apresentar o neologismo “bonde-andando” da professora Dina Martins Ferreira (2015, p. 121, 122), uma metáfora bastante oportuna no meio acadêmico contemporâneo:

A expressão bonde-andando conteria duas ideias. Primeiramente, o bonde seria o lugar histórico em que o pesquisador-cientista caminha: o tempo e o espaço em que habita, o território de sua agência e de sua pertença enquanto sujeito. Segundo, é também um bonde entre tantos outros bondes que esse lugar histórico oferece – escolhemos um ou outro para subir e viajar. E nesse troca-troca de bonde, novos olhares emergem de acordo com a posição que tomamos no bonde. No emaranhado de movimentos, ou seja, no espaço histórico de pertença identitária há outras redes de movimentos para além de uma macro cronologia histórica; o sujeito pesquisador-cientista está sempre situado, e seu olhar sobre o objeto do saber depende em qual bonde sobe, que, por sua vez não para, acolhendo outros sujeitos, com outros olhares e posições. Segundo, o termo andando, justamente, ratifica que esse(s) lugar(es)-bonde(s) não são fixos e sim contingenciais. A presença do cientista em determinado bonde, e não em outro, depende do lugar onde se encontra quando o bonde passa. E dependendo de seu lugar e de seu assento, escolhidos e disponíveis, o olhar do cientista ou foca a prática que o leva à teoria, ou carrega a teoria que o faz focar determinada paisagem de vida que o vidro da janela oferece.

Desde o mestrado na calorosa cidade de Mossoró/RN, movo-me pela Análise de Discurso Crítica faircloughiana (FAIRCLOUGH, 2001) e pelas proposições da Gramática do *Design* Visual, de Gunther Kress e Theo van Leeuwen (2006), com vistas à investigação dos aspectos multimodais do discurso que auxiliam na criação, manutenção e transformação de relações de poder na sociedade contemporânea. Nos últimos dois anos, circulo também pelo inquietante “bonde-andando” (MARTINS FERREIRA, 2015) da Teoria das Representações Sociais, de Serge

Moscovici², no emaranhado da Linguística Aplicada a qual, “suspeitando dos sentidos usuais, se coloca em movimento contínuo e autorreflexivo de deriva de si, sem destino fixo” e aposta, portanto, “nos descaminhos e na desaprendizagem de qualquer tipo de proposição axiomática como refinamento do processo de conhecer” (FABRÍCIO, 2006, p. 61).

Leituras mais recentes sobre identidades raciais e branquitude, acompanhadas do meu processo de autorreconhecimento como mulher branca, a qual inevitavelmente carrega privilégios em uma sociedade estruturalmente racista, mostram-me que, semelhante a tantas outras pessoas brancas, não fui ensinada a me enxergar por lentes raciais. Esses deslocamentos ajudam a (re)pensar meu posicionamento crítico como cidadã, professora e pesquisadora, em tempos repletos de narrativas e discursos polarizados/extremistas, bem como me levam aos versos³ de Caetano Veloso e Gilberto Gil que dizem: *É preciso estar atento[a] e forte / Não temos tempo de temer a morte*. Aqui essa morte relaciona-se ao ser, ao saber e ao poder que destrói corpos, conhecimentos e valores e, por isso, requer tensionamentos mediante debates em instituições acadêmicas (educação básica e superior), as quais são espaços notáveis para práticas de letramento crítico. A realização e a divulgação de pesquisas sérias que deem credibilidade a pautas sociais também são essenciais para dificultar a escalada de opressões vivenciadas pelos/as mais vulnerabilizados/as.

Após as primeiras discussões acerca da “colonialidade de saberes do discurso”, percebi que minhas referências (os livros que possuía e os arquivos do computador) mostravam uma tendência ao uso de fontes canônicas e consagradas conforme a tradição teórico-metodológica exigida pela proposta de trabalho, o que revela “subalternidade no campo acadêmico” (RESENDE, 2019, p. 19). Ressalto também a presença majoritária, até pouco tempo atrás, de “estruturas epistêmicas baseadas em homens [brancos] ocidentais de cinco países (França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália)” em minha estante (GROSFUGUEL, 2016, p. 26), os quais, por muito tempo, foram os mais apropriados para endossar nossas investigações. Consoante Resende:

Não se trata apenas do local geográfico de produção de conhecimento, mas também de línguas de produção acadêmica: nascer em inglês ou em francês para os estudos do discurso é sair na frente, e publicar textos nos locais de prestígio do campo, nessas línguas, é poder ecoar sua voz. [...] Sabemos que

² Inserida na Psicologia Social, a Teoria das representações Sociais investiga os modos pelos quais os indivíduos se relacionam com a diversidade de conhecimentos que circundam a realidade. Obra célebre: *A representação social da psicanálise*, de Moscovici, 1978.

³ Canção *Divino maravilhoso* composta por Caetano Veloso e Gilberto Gil, em 1968, e imortalizada na voz de Gal Costa.

todo conhecimento é localmente produzido e tem validade situada, mas quando a produção localiza-se no contexto da modernidade europeia, se disfarça sob um manto de universalidade que por vezes compartilhamos sem muita reflexão teorias e métodos (RESENDE, 2019, p. 22,23).

Desse modo, nós, pesquisadores/as brasileiros/as, assimilamos e acreditamos, por exemplo, que não ser fluente em determinadas línguas (como o inglês e o francês) impossibilitaria a investigação de certos objetos de estudo, os quais, para validação acadêmica, estariam intrinsecamente relacionados a fontes estrangeiras amplamente legitimadas. Particularidade que nos inferioriza perante os saberes da branquitude e da masculinidade eurocêntricas, obriga-nos à aceitação de uma universalização do conhecimento e limita-nos ao papel de replicadores de conceitos, metodologias e categorias, tolhendo, assim, nossa criatividade para propor novas reflexões.

Considerando “o estabelecimento de estados-nação e o crescimento das disparidades regionais no sistema-mundo” (OYÉWÚMÍ, 2019, p. 171) e relacionando essas questões à mulher no contexto da seca no Nordeste, a (re)leitura das charges e das produções dos/as discentes me fez enxergar múltiplas opressões que entrelaçam os corpos femininos. Se o Brasil aparece geopoliticamente inferiorizado em relação ao Norte global, pensemos, então, na posição de brasileiros/as que vivem no Nordeste, os quais são hegemonicamente considerados/as, segundo Durval Albuquerque Júnior (2012, p. 90), “tipos sociais com certo desprezo, com comiseração ou com medo, como: o retirante, o flagelado, o migrante, o pau-de-arara, o arigó”, isto é, são aqueles/as que estão à margem da produção e disseminação do conhecimento.

Esses discursos tornam-se ainda mais cruéis para a mulher nordestina, que habita uma região historicamente imaginada como sinônimo de seca, miséria e atraso social em oposição ao Sul *maravilha*, e também mais ocultos quando aparecem associados a textos visuais carregados de humor que satirizam fatos sociopolíticos contemporâneos, como as charges. Vale salientar que os mais variados tipos de violência – três em cada dez mulheres que vivem em capitais do Nordeste já sofreram algum tipo de violência doméstica⁴ –, são registrados diariamente, o que pode, de acordo com Albuquerque Júnior (2011), ser resultado da formação do homem em uma superioridade hierárquica na sociedade, em especial no âmbito da família.

⁴ Estudo feito pela Universidade Federal do Ceará em parceria com o Instituto Maria da Penha e com o Instituto para Estudos Avançados de Toulouse, na França. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/12/violencia-domestica-atinge-30-das-mulheres-no-nordeste-diz-estudo.html>. Acesso em: 25 maio 2021.

Reflitamos, portanto, sobre a imagem da mulher nordestina socialmente estigmatizada, como nas charges seguintes.

Figura 1 – Charge 1



Fonte: Blog Assis Ramalho⁵.

Figura 2 – Charge 2



Fonte: Blog Sorriso Pensante: humor gráfico e derivados⁶.

Como o gênero discursivo charge “apresenta natureza dissertativo-argumentativa e sinaliza uma ótima oportunidade para se trabalhar o letramento crítico multimodal dos estudantes no contexto da escola, e fora dela” (PEREIRA, 2016, p. 69), os dois exemplos acima configuram

⁵ Disponível em: https://www.assisramalho.com.br/2013_09_02_archive.html. Acesso em: 02 jun. 2021.

⁶ Disponível em: <http://www.ivancabral.com/2015/09/charge-do-dia-triste-partida.html>. Acesso em: 02 jun. 2021.

possibilidades para refletir acerca de opressões que entrelaçam os corpos de mulheres nordestinas para além do preconceito contra a origem geográfica. Questões estas que foram negligenciadas durante a pesquisa de mestrado e redescobertas mais recentemente com minha inserção em estudos sobre gênero e raça em perspectiva decolonial.

A partir dessas composições multissemióticas largamente veiculadas na/pela mídia, amplo meu olhar para os aspectos linguísticos que naturalizam e propagam discursos machistas – como *mulher é pra cuidar da casa e dos filhos, mulher nasceu pra ser mãe, mulher tem que obedecer ao marido* –, falas que me reportam aos mitos do “eterno feminino” e da “servidão da maternidade” de que trata Simone de Beauvoir (1970, p. 83), bem como ao sistema de família nuclear o qual aborda Oyèrónké Oyèwùmí (2019). Outra observação relevante se refere à romantização da força/resistência das mulheres nordestinas como se o destino destas fosse a procriação de uma grande quantidade de descendentes.

Quanto a essas questões, Guacira Louro (2014, p. 100, destaque do original) traz discussões sobre a perspectiva de gênero para o contexto socioeducacional e questiona as construções ideológicas que consideram o casamento e a maternidade (nessa ordem) tarefas femininas basilares, as quais “constituem a *verdadeira carreira* das mulheres” e “qualquer atividade profissional será considerada como um desvio dessas funções sociais, *a menos que* possa ser representada de forma a se ajustar a elas”, como o magistério. Ainda segundo a autora, tais papéis são invenções arbitrárias baseadas em falsas dicotomias que pretendem estabelecer modos adequados para homens e mulheres viverem em sociedade (LOURO, 2014).

Ressalto também que a mulher, vítima dessa desigualdade social, de tanto ouvir, ler e ver tais discursos, e conviver com eles, passa a reproduzi-los acreditando que são verdades absolutas. Fato que lembra a autodesvalia de Freire (1987, p. 32), isto é, uma das características dos/as oprimidos/as, que “resulta da introjeção que fazem eles [elas] da visão que deles [delas] têm os[as] opressores[as]”. No caso da mulher, os principais opressores podem se encontrar no próprio lar, nas figuras do pai e/ou do esposo que as consideram como propriedade e se veem no direito de determinar o que elas devem pensar e fazer ao longo da vida (privada e pública).

Especificamente quanto à pesquisa elaborada no Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS)⁷, a prática de letramento multimodal crítico desenvolvida com os/as estudantes

⁷ O Profletras reúne 42 universidades públicas das cinco regiões brasileiras e objetiva a formação, em nível de Mestrado, de professores de língua portuguesa atuantes no Ensino Fundamental da rede pública em todo o território nacional. Mais informações podem ser obtidas em: <http://profletras.ufrn.br/>. Acesso em: 10 maio 2021.

de 9º anos utilizou o método pesquisa-ação, compreendido por Michel Thiollent (2011, p. 32) como um “modo de conceber e de organizar uma pesquisa social de finalidade prática e que esteja de acordo com as exigências próprias da ação e da participação dos atores da situação observada”. Tal estratégia é capaz de auxiliar docentes de disciplinas diversas no aprimoramento de suas práticas pedagógicas intervindo significativamente na aprendizagem de todos/as os/as envolvidos/as.

A prática de letramento foi realizada em uma instituição pública estadual que atendia jovens do 8º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Médio de uma área periférica de Fortaleza/CE. À época, atuava como professora de Língua Portuguesa nessa instituição e desenvolvi o trabalho com o seguinte objetivo: “intervir, no contexto escolar, por meio de charges veiculadas na internet sobre a seca no Nordeste, com vistas ao letramento multimodal crítico de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública” (PEREIRA, 2016, p. 15). Durante os encontros que ocorreram nas aulas destinadas à produção textual, as atividades envolveram: i) leitura e análise de charges sobre a seca no Nordeste; ii) discussão acerca dessa temática e dos elementos estruturais do gênero discursivo; iii) estudo de conceitos básicos da análise de discurso crítica e da multimodalidade; iv) redesenho das charges; v) exposição dos resultados e avaliação da prática de letramento.

Sobre a seleção das charges trabalhadas com as turmas:

[...] elegemos 14 textos em que o nordestino é estereotipado como a caricatura da miséria e do atraso social. Consequentemente, nossa intervenção configura-se como uma oportunidade de questionar e desfazer tal preconceito midiático, o qual é aceito por muitas pessoas como verdades absolutas (PEREIRA, 2016, p. 67).

Assim foi feito, pois, crítica e criativamente, os redesenhos da maioria dos/as alunos/as recriaram as identidades dos nordestinos promovendo a autonomia destes na convivência com as estiagens. Acredito que propostas como essa são pequenas doses de mudança social as quais acontecem localmente em cada escola onde educadores/as usam práticas de leitura e escrita a fim de inserir os/as estudantes em suas próprias histórias. Consumir, problematizar e produzir textos colabora com tomadas de conscientização conforme as seguintes avaliações do nosso trabalho feitas por dois participantes (A1 e A2). Destaco que as falas foram transcritas fielmente (sem correção gramatical) para garantir a veracidade de nossa pesquisa.

A1: [...] ajudou muito no nosso desempenho em redação e nos mostrou que o nordestino não é apenas aquele “pobre coitado” que todo mundo diz ou pensa ser, é um povo de força e coragem que luta como todos. algumas vezes até mais porque ele encontra vários desafios como a seca, fome e outras coisas que não favoressessem a nossa vida.

A2: Eu acho que foi de extrema importância, ajudou bastante no desempenho da sala. Sim, pois antes eu tinha essa ideia tanto exagerada como na charge e eu mudei a minha opinião (PEREIRA, 2016, p. 113, destaque do original).

Cinco anos depois (importante ser capaz de retornar sem mágoas ao desenvolvido no passado, mas com alegria ao assimilado no presente), revisito os resultados alcançados – atravessados por essas falas, pelos redesenhos e pelas charges –, e foco no posicionamento da mulher nordestina representada (ou não) nas produções textuais. Tanto a presença/ausência de mulheres quanto o modo como elas são posicionadas na moldura imagética revelam crenças e valores dos/as produtores/as dos textos e podem contribuir para a manutenção de ideologias machistas ou ainda para o desvelamento e desconstrução destas.

O Ciclo do Redesenho, proposto por Hilary Janks (2010), apoia-se nas ideias do empoderamento freiriano e evidencia, mediante o trabalho com as mais variadas semioses em sala de aula, a relação dialética entre o consumo e a produção textual. A autora, que concebe o ensino de línguas diretamente associado à política e a poder, instiga-nos a “pensar sobre como os textos podem ser escritos e como textos multimodais podem ser redesenhados” (JANKS, 2010, p. 18). Por conseguinte, a leitura/compreensão (desenho) e a análise/crítica (desconstrução) de charges sobre a seca no Nordeste auxiliaram no reposicionamento dos/das participantes das imagens, em relação à miséria, à ignorância e à dependência de políticas assistencialistas, por meio da produção textual (redesenho); no entanto, a mulher nordestina não foi pauta de problematizações.

O Quadro 1 apresenta, sucintamente, informações sobre a prática de letramento realizada para que as recentes reverberações sejam compreendidas melhor. Vejamo-lo.

Quadro 1 – Informativo sobre a prática de letramento multimodal crítico

Ano	Turmas	Quantidade de discentes	Encontros realizados	Charges analisadas	Presença de mulher(es)	Redesenhos produzidos	Presença de mulher(es)
2015	A	37	7 (14h/a)	10	4	11	4
2016	B	37	8 (20h/a)	14	5	8	3
2016	C	37	8 (20h/a)	14	5	9	3

Fonte: Elaborado pela professora-pesquisadora.

Analisando o Quadro 1, vejo que o enfoque direcionado ao nordestino de modo amplo, sem distinção de gênero social, impossibilitou que os debates com 111 discentes, durante as aulas de Língua Portuguesa, nos anos de 2015 e 2016, tensionassem, por um lado, a invisibilidade de corpos femininos e, por outro, a imagem hegemônica da mulher (re)construída em uma sociedade patriarcal. Essa problematização é vista tanto nos elementos multissemióticos das charges apresentadas aos/às alunos/as (Fig.1 e 2) quanto nas produções textuais deles/as (Fig. 3 e 4). Saliento também que, devido à falsa ideia da tolerante mestiçagem no Brasil, tão proclamada nos livros de história e nos discursos de quem ainda nega ou subestima as consequências nefastas do racismo, fui insensível às identidades raciais presentes nos textos analisados e, como efeito, discussões acerca do cruzamento entre raça, gênero e classe foram ignoradas; mantendo, portanto, o olhar exclusivamente nas desigualdades sociais contra quem vive no Nordeste.

Figura 3 – Redesenho 1



Fonte: Arquivo pessoal da professora-pesquisadora⁸.

⁸ Falas: - Zé, cadê a água que eu te pedi, macho? - Tô enchendo os baldes, múier!!

Figura 4 – Redesenho 2



Fonte: Arquivo pessoal da professora-pesquisadora⁹.

Apesar do empoderamento dos/as nordestinos/as quanto ao contexto inclemente da seca, o qual sinaliza uma convivência harmônica entre indivíduos e natureza nos períodos de estiagem, os redesenhos remetem a padronizações sociais, criadas e compartilhadas culturalmente por meio do senso comum e da tradição patriarcal, de que corpos femininos devem ser esposas, mães, donas de casa (Fig. 1) ou ocupar funções conciliáveis com estas, como ser professora (Fig. 2). O redesenho 1 também enfatiza o binômio força *versus* fragilidade (de um lado, o homem retira água do poço e, do outro, a mulher grávida aguarda o líquido para os afazeres domésticos), uma das características que, em sociedades sexistas, tende a separar o universo masculino do feminino.

Uma das três cenas do redesenho 2 – na qual uma mulher, sorridente e usando um vestido na cor lilás, foi posicionada como docente da Escola São Sebastião –, recupera a seguinte fala de Louro (2014, p. 100, 101): “Em seu processo de feminização, o magistério precisa, pois, tomar de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado etc. para que possa ser reconhecido como uma profissão admissível ou conveniente”. Lembro-me aqui de leituras freirianas nas quais se aborda a tentativa de reduzir a figura da professora à *tia*, adocicando-a e aproximando-a de uma representação materna.

Ademais, a esses corpos são definidos comportamentos, roupas e modos de se portar em sociedade (BEAUVOIR, 1970; LOURO, 2014), bem como confinamentos que, muitas vezes,

⁹ Falas: - O que você quer ser quando crescer? - Quero ser advogado para defender o Ceará do preconceito.

impedem a mulher de falar para além das quatro paredes do lar, posição de subalternidade e marginalidade que lembra Kilomba (2019) e seus *episódios de racismo cotidiano*. Essa perspectiva constrói papéis que interpelam as mulheres como se fossem posições irremediáveis e universais, as quais são pautadas “em uma família generificada, encabeçada pelo macho e com dois genitores, o homem chefe é concebido como ganhador do pão, e o feminino está associado ao doméstico e ao cuidado (OYĔWÙMÍ, 2019, p. 174).

Ainda no que se refere particularmente ao redesenho 2, percebe-se uma clara separação entre as brincadeiras que o binarismo impõe às crianças: de um lado, dois meninos jogam bola e, do outro, uma menina brinca (sozinha) de Amarelinha cujo percurso objetiva chegar figurativamente a um *país com igualdade*. Cenas como essas me reportam a falácias esdrúxulas, como *menino veste azul e menina veste rosa*, defendidas por grupos religiosos/conservadores e respaldadas no fundamentalismo em prol da preservação do *status quo*. Nesse caso, refiro-me à fala da pastora evangélica e ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do atual governo que, em janeiro de 2019, declarou que o Brasil começava uma nova era¹⁰.

Quanto à disposição dos participantes que interagem na paisagem multissemiótica dos redesenhos, os homens foram colocados no lado esquerdo que, conforme a gramática visual, aponta para informações já conhecidas pelos/as leitores/as: o marido provedor do lar e os meninos jogadores de futebol corroborando ideais cristalizados socialmente. À direita, aparecem as mulheres em destaque, segundo o valor de informação de Kress e van Leeuwen (2006), e atravessadas pela presença da água e pela educação, antes, supostamente, ausentes no Nordeste: a dona de casa, esposa e mãe, a professora e a menina. Ainda que os redesenhos enfatizem a (re)existência do povo nordestino, as representantes do gênero feminino permaneceram em funções adequadas à mulher no interior da família nuclear (LOURO, 2014; OYĔWÙMÍ, 2019).

Como citado anteriormente, a cegueira de cor impossibilitou que questões raciais fossem discutidas em sala de aula e analisadas nos textos com os quais trabalhei durante a pesquisa. Essa tendência de não vislumbrar cor – enxergar apenas seres humanos –, como uma forma de valorizar a mestiçagem inter-racial e dissipar contradições constitui, segundo Aparecida Bento (2016, p. 48), o “mito (ou ideologia) da democracia racial brasileira”, que favorece os confortos da branquitude e legitima o racismo. As duas produções textuais acima, bem como todos os 28

¹⁰ Notícia disponível em: <https://exame.com/brasil/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares-em-video/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

redesenhos dos/as discentes apresentam participantes brancos (homens e mulheres) e nos fazem ponderar acerca de um modelo universal de humanidade presente no país¹¹.

Em suma, a proposta aqui não se trata de desvalorizar/diminuir a pesquisa desenvolvida no período de 2015 e 2016, a qual me trouxe excelentes frutos como professora de Língua Portuguesa da Educação Básica, como agente de letramentos, como pesquisadora inserida nos Estudos Críticos do Discurso¹² e, acima de tudo, como uma mulher branca que hoje enxerga os privilégios da branquitude (dentro e fora de ambientes acadêmicos) que permeiam minha existência em um país entrelaçado por múltiplas opressões. Na realidade, propus uma autorreflexão à prática de letramento multimodal crítico realizada, observando lacunas não preenchidas, corpos ocultados, vozes silenciadas e questões não contempladas na época.

Assim, considerando as contingências atuais do meu fazer científico e a pluralidade de recortes possíveis em relação aos fenômenos que nos rodeiam, avanço minhas perspectivas, sob viés interseccional e decolonial (RESENDE, 2019; OYĔWÙMÍ, 2019; KILOMBA, 2019), para a investigação do doutorado sem desenraizar os saberes do Sul global e de meus pares mais próximos, nem tampouco rejeitar irrefletidamente o que vem do “sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, cristão, moderno e colonialista” (GROSGOUEL, 2016, p. 26). Na tese, minhas andanças acadêmicas estão concatenadas a discussões sobre família, gênero, raça, classe, etarismo e capacitismo no escopo da Teoria das Representações Sociais sob abordagem discursiva e multimodal. Desse modo, o que não foi investido anteriormente pode ser desocultado e tensionado agora na Linguística Aplicada (RAJAGOPALAN, 2003; FABRÍCIO, 2006) que se mostra, cada vez mais, um espaço diversificado de (des)aprendizagens e movido pela ética.

CRediT

Reconhecimentos: Não é aplicável.

Financiamento: CAPES – Código de Financiamento 001.

¹¹ Vale destacar aqui uma questão prática para, nas escolas em geral, os desenhos dos estudantes trazerem predominantemente pessoas brancas: somente em 2018, a Faber-Castell lançou uma linha com lápis de cor que apresenta várias opções de tons de pele, permitindo assim maior diversidade racial. Até então a maioria de nós usava um lápis com tonalidade rosinha como cor única para representar a pele, como vemos no redesenho 1. Informação disponível em: <https://benettoncomunicacao.com.br/pt/blog/representando-todos-finalmente-faber-castell-lancam-novos-lapis-com-6-tons-de-pele-1243/>. Acesso em: 16 fev. 2022.

¹² Ver, por exemplo, os artigos *O redesenho em aulas de língua portuguesa: práticas de letramento multimodal crítico* (2021) e *(Ser)tão nordestino na sala de aula: um novo desenho situado de ensino* (2020) que se encontram disponíveis, respectivamente, em: <http://posgrad.ulbra.br/periodicos/index.php/txra/article/view/5930/4082>; http://revistalampejo.org/edicoes/edicao-17-vol_9_n_1/7_-_Sert%C3%A3o_nordestino.docx.pdf.

Conflitos de interesse: Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Aprovação ética: Não é aplicável.

Contribuições dos autores:

Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Recursos, Software, Supervisão, Validação, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição: PEREIRA, Adriana dos Santos.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2012.
- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4ed. Tradução por Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1970.
- BENTO, M. A. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 24-59.
- FABRÍCIO, B. F. Linguística aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. da. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006, p. 46-65.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Tradução por Izabel Magalhães. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 52ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- JANKS, H. *Literacy and power*. Routledge: New York/London, 2010.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução por Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KRESS, G.; VAN LEEWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. London: Routledge, 2006.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2014.

MARTINS FERREIRA, D. M. Comunidade acadêmica e direitos do pesquisador: tensões na produção do conhecimento. *Cronos*, Natal, v. 16, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/11380>. Acesso em: 13 set. 2021.

OYĒWÙMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: MALDONADO-TORRES, N.; GROSGUÉL, R. (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p.171-181.

PEREIRA, A. S. *A reconstrução identitária do nordestino a partir de charges sobre a seca: uma prática de letramento multimodal crítico na aula de língua materna*. 2016. 172 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Faculdade de Letras e Artes, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2016. Disponível em: http://www.uern.br/controladepaginas/profletas-mossoro-dissertacoes/arquivos/3621dissertaa%20adriana_pereira_verse%20final.pdf. Acesso em: 24 abr. 2021.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

RESENDE, V. Perspectivas latino-americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso. In: RESENDE, V. (Org.). *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2019, p. 19-46.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18ed. São Paulo: Cortez, 2011.